

---Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---Ponto número um – Período antes da Ordem do Dia;-----

---Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Funcionamento do Programa Crescer Melhor – Férias de verão;-----

---Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta referente ao valor da inscrição no Programa Clube de Férias / Oficinas de verão;-----

---Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da Proposta de Regulamento de Utilização do Complexo Desportivo Municipal de Óbidos;-----

---Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da Proposta de Regulamento Geral de Utilização de Instalações Municipais para Fins Diversos;-----

---Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da Proposta de Regulamento para Atribuição de Tarifas Sociais no Serviço de Consumo de Água, Saneamento e Resíduos;-----

---Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, da Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Óbidos;-----

---Ponto número oito – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de janeiro;-----

---Ponto número nove – Período fora da ordem do dia – Intervenção do Público.-----

---Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência da Senhora Deputada Anabela Blanc Capinha Corado e dos Senhores Deputados Carlos Alberto Rodrigues Zina, Joaquim Elias Timóteo Carlos e de Luís Carlos Guimarães de Carvalho, que foi substituído pelo Senhor Deputado João Maria Lourenço.----

---Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos, tendo posto à votação a ata número dois, de vinte e nove de abril do corrente ano.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse para lerem todos a ata, para verem se conseguem que haja menos ataques pessoais, diretos e indiretos, porque ao ler-se a mesma, percebe-se que existe muita coisa que podia ter sido evitada.-----

---Como não houve mais intervenções, foi posta a ata à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Carta de justificação de falta à presente reunião do Senhor Deputado Carlos Alberto Rodrigues Zina; Ofício da Associação de Técnicos Administrativos Municipais sobre o trigésimo primeiro Colóquio Nacional e ofício do Governador Civil do Distrito de Leiria, apresentando cumprimentos. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

---Foi presente o voto de regozijo do Grupo Municipal do PS, que a seguir se transcreve: “Voto de Regozijo – O Grupo Municipal do PS congratula-se com a nomeação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal para Secretário de Estado do novo Governo, e manifesta-lhe os votos das maiores felicidades e prosperidades políticas e pessoais.”.-----

---Foi presente o voto de felicitações do Grupo Municipal do PSD, que a seguir se transcreve: “Considerando o trabalho desenvolvido pelo Sr. Feliciano Barreiras Duarte quer no Concelho de Óbidos quer na região, quer na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos, quer de cidadão, o Grupo Municipal do PSD, pelo trabalho, dedicação, tempo e conhecimento dispendidos a favor do Concelho e comunidade em geral, propõe à Mesa da Assembleia Municipal a votação de um Voto de

Felicitações pela sua eleição a deputado da Assembleia da República e mais recentemente a sua nomeação para Secretário de Estado do Governo Português. Esta eleição foi o resultado do reconhecimento por um lado por parte dos eleitores do distrito, por outro lado pelos atuais governantes, que lhe conhecem a sua dedicação e capacidade de trabalho em prol da comunidade. Neste momento de grandes desafios, exigia-se aos eleitores e governantes procurar pessoas adequadas para desenvolver um trabalho que será exigente e rigoroso. Parabeniza-se igualmente a Concelhia do PSD de Óbidos que propôs o Dr. Feliciano Barreiras Duarte como candidato a deputado. Pelas razões atrás expostas mais se propõe que a parte da ata respeitante a esta deliberação seja aprovada em minuta para efeitos dos números três e quatro do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de setembro, com a redação dada Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de janeiro.”-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que como é óbvio, não vai participar na votação, nem se vai pronunciar.-----

---Posto à votação o voto de regozijo do Grupo Municipal do PS, foi o mesmo aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---Posto à votação o voto de felicitações do Grupo Municipal do PSD, foi o mesmo aprovado por maioria, com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal informou que a Câmara Municipal solicitou a inclusão de um novo ponto na Ordem de Trabalhos, a saber: Apreciação e eventual aprovação da Proposta a Estabelecer entre o Município de Óbidos e o Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento de Olho Marinho.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que são deliberações à pressa. A obra está quase concluída. O empreiteiro faliu, ficou a dever aos trabalhadores e depois aparece com outra empresa. Isto tem uma certa gravidade. Foi entregue em cima do joelho, pelo que não pode fazer uma comparação com o documento anterior. A sua opção não pode ser outra que não abster-se.-----

---Como não houve mais intervenções, foi posta à votação a inclusão do novo ponto na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção, passando a ser o ponto número nove. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - A Senhora Deputada Sílvia Saramago disse que, em nome da bancada do PSD, gostaria de propor um voto de rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa, que se tem vindo a ausentar das sessões da Assembleia Municipal por motivos de saúde graves.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que todos, enquanto membros da Assembleia Municipal, fazem suas as palavras da Senhora Deputada Sílvia Saramago.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que estão solidários com a situação da saúde do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa. São bastante críticos de alguma da política cultural e de eventos que o Município segue, designadamente aqueles eventos que são, do ponto de vista do PS, extraordinariamente massificados e de algum modo desadequados para aquilo que é a realidade histórica, patrimonial e arquitetónica da Vila. Relativamente ao Junho das Artes, a opinião do PS é extraordinariamente favorável. O Junho das Artes é o tipo de iniciativa que vai ao encontro daquilo que é a realidade local. É do melhor que se tem feito nos últimos anos. É extraordinariamente equilibrado e sustentável. Isto, independentemente, se se gosta, ou não, das obras de arte expostas. É uma iniciativa de louvar. Deu os parabéns ao Município pela iniciativa. Quando fazem críticas, não o fazem de forma gratuita, fazem porque entendem que algumas iniciativas não são, de facto, compatíveis com a realidade local. Esta, ao contrário disso tudo, é de facto uma belíssima iniciativa e marca pontos na atividade local,

regional e nacional, no panorama das artes.-----

---O Senhor Deputado José Capinha felicitou o Município pelo encerramento da conferência final da Urbact em Óbidos. Solicitou ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal que lhes transmitisse a importância que teve todo este processo para o Concelho e a integração do Município na rede internacional a que esteve ligado com a Urbact, que é um programa que tentou desenvolver conceitos de desenvolvimento de áreas urbanas de baixa densidade, associadas à criatividade. Óbidos foi o Município que dirigiu este programa.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que se continua a não respeitar as regras democráticas em Óbidos. Desapareceram placards da propaganda do PCP e da CDU e é afixada propaganda, inclusive do CDS, em cima da do PCP. Perguntou se se concretizou o negócio com o Pingo Doce para instalar as bombas de combustível junto à Escola C+S. Leu uma notícia do Jornal “O Público” sobre o encerramento de linhas ferroviárias, entre as quais a linha do Oeste.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que a sua questão prende-se com a informação que é disponibilizada pela Câmara Municipal, neste caso concreto, falta de informação. Têm sido constantes os pedidos que têm enviado, por escrito, solicitados diretamente nas sessões de Câmara e nas Assembleias Municipais e não têm tido resposta. É uma situação preocupante. A Câmara Municipal pode não facultar. Não há razão para que ela não seja disponibilizada. O Executivo Camarário está a gerir dinheiros públicos, que são de todos os contribuintes. É muito importante que haja a informação e não se criem, desnecessariamente, conversas de café, suspeições, rumores que não são verdade. Se não são verdade é preciso que sejam claros e que não haja dúvidas sobre eles. Concretamente, o Grupo Municipal do PS pediu informação, diversas vezes no ano passado, sobre a execução orçamental. São documentos muito simples e que o Executivo Camarário envia para o Governo Central. Não pedem nada de extraordinário em relação ao que é regularmente elaborado. Nunca obtiveram resposta. Sobre os eventos que são realizados em Óbidos, pela Óbidos Patrimonium, nomeadamente o Festival de Chocolate e a Vila Natal, disse que era importante terem informação, para poderem, todos, analisar e verem a viabilidade dos mesmos e não se criar situações sobre se dão lucro, não dão lucro, são viáveis, não são viáveis, fazem sentido, não fazem sentido. Houve diversos comprometimentos do Executivo Camarário de que iria disponibilizar a informação. Mais uma vez reforça a ideia de que era importante, para todos, que essa informação fosse disponibilizada, porque estão a lidar e a governar com dinheiros públicos, sendo natural que todos tenham direito a ter essa informação.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço deu os parabéns à Câmara Municipal pela boa ideia que tiveram em fazer as festas de São João e pelo aproveitamento que fizeram da casa da Rua da Farmácia. Foi uma ótima ideia, foi uma ótima organização e foi um aproveitamento extraordinário. O jardim estava muito bem arranjado. Quando lá chegou deu-lhe a vontade de deitar abaixo o muro que separa a entrada da porta da Vila, descascar os arcos, para os pôr bem à vista e fazer ali um jardim de entrada de Óbidos. Teve conhecimento que a zona biológica ou ecológica das Berlengas foi considerado, hoje, património mundial.-----

---O Senhor Deputado José Coutinho disse que o Concelho de Óbidos é, neste momento, o Concelho do oeste com maior taxa de procura de projetos no âmbito do PRODOR. Isto significa que as coisas são positivas, existe dinâmica económica na região. Está-se a referir a um subprograma dentro deste programa maior. Tendo em conta que a região oeste é, neste momento, a região do país que tem maior execução dentro deste subprograma, também significa que é o Concelho do país que tem maior execução nacional. São uma nota de incentivo positivo relativamente ao posicionamento no panorama do investimento e do crescimento económico. Estudou a fundo os Censos de dois mil e um e, nessa altura, o Concelho de Óbidos era o Concelho da região oeste que tinha os piores índices de desenvolvimento

social e, por consequência, a maior taxa de pobreza latente da região oeste. Neste momento, tem conhecimento que saiu desta posição, está no meio da tabela. Isso é um sinal de progresso nos últimos dez anos. Têm que ter muito cuidado acerca de como se posicionam, no sentido de não perder as expectativas de alimentar esta dinâmica que existe.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal colocou-se ao lado das posições, quer do Grupo Municipal do PS, quer do Grupo Municipal do PSD, e regozijou-se, em nome da Câmara Municipal, com a recente nomeação do Sr. Presidente da Assembleia Municipal como Secretário de Estado, que vai ter uma importância nevrálgica e bastante grande. É com muito orgulho e também com o sentido de que afinal o mérito é reconhecido, que têm o Presidente da Assembleia Municipal nomeado como Secretário de Estado. A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues e também o Senhor Deputado João Lourenço regozijaram-se com algumas iniciativas, nomeadamente, com o Junho das Artes e com o reaproveitamento do edifício da farmácia. É com satisfação que recebem esse regozijo. O Senhor Deputado fez quase uma descrição daquilo que está definido no projeto que a Senhora Vereadora Rita Zina tem acompanhado, de romper com aquele muro e deixar a descoberto o monumento que têm ali, que é o aqueduto. Partilha da opinião que o Senhor Deputado tem sobre essa matéria. As Berlengas foram nomeadas como Património da Biosfera pela Unesco. É extraordinariamente importante para a região, não é só para Peniche. O Urbact foi uma rede que foi liderada, desde a primeira hora, pelo Município de Óbidos. Teve uma importância extraordinária em várias áreas, mas foi a partir daí que o Município de Óbidos afirmou a sua estratégia para um desenvolvimento urbano sustentável. Permitiu também a esta rede contrariar aquilo que eram as teses até então, nomeadamente a tese de que a estratégia de desenvolvimento sustentável baseado nas economias criativas só era possível em modelos de desenvolvimento de grande densidade populacional. O que esta rede vem mostrar à Europa é o contrário. Os territórios de baixa densidade populacional são hoje cada vez mais interessantes e atrativos para uma determinada classe de jovens criativos e empreendedores criativos, em detrimento de grandes centros urbanos. Permitiu criar uma network e uma rede que se consubstancia em planos locais de desenvolvimento regional, com base em economias criativas, com base na criatividade. Quem participou na conferência de encerramento percebeu o que é que de melhor se está a fazer na Europa, nesta base e nestes territórios de baixa densidade, do ponto de vista da criatividade. Também Óbidos e o país deram exemplos e mostras de trabalho concreto de desenvolvimento urbano sustentável. Isso permite capitalizar ainda mais, para o futuro, nesta estratégia de desenvolvimento económico que têm para o Concelho, assente nas economias criativas, que vão desde a educação, aos serviços sociais, às empresas. Toda esta ligação é fundamental ao desenvolvimento e à organização do território, à questão da sustentabilidade, à questão da agenda cultural. Tudo isto permitiu a Óbidos ter uma afirmação no contexto nacional, mas também no contexto europeu. Esta estratégia de desenvolvimento irá dar, a prazo, os seus frutos. Desconhece o desaparecimento de placards de partidos políticos. Sobre o negócio com o Pingo Doce disse não saber do que o Senhor Deputado Custódio Santos fala. Não existe negócio nenhum com o Pingo Doce. O que houve foi uma proposta de hasta pública, para um terreno adjacente ao lote do Pingo Doce, que foi aprovada por maioria na Assembleia Municipal e que acabou por não ser colocado no mercado. Sobre o que o Senhor Deputado leu, disse que têm muitas outras maneiras para reafirmar o território, como um território de atração turística no contexto nacional, como produto nacional, mas também no contexto internacional. O que tem ouvido e lido sobre a situação financeira da Câmara Municipal contrasta com aquilo que vê acontecer no dia a dia, na Câmara Municipal. O Senhor Deputado José Coutinho focou três aspetos fundamentais que mostram aquilo que o Município de Óbidos, nos últimos dez anos, tem feito para mudar esse paradigma. Os Censos de dois mil e onze dirão do resultado que foi a estratégia seguida por este Executivo Camarário, nos últimos anos. Melhor que as palavras, serão os números, para quantificar essa estratégia. Também referiu a capacidade que o

Município de Óbidos tem tido em não só potencializar investimento público, mas também de captar a iniciativa privada a fazer investimento. Estes dados são muito interessantes para perceberem que Óbidos, no contexto nacional, consegue estar em contra posição àquilo que acontece na realidade do país. A realidade do país é esta: PRODER, maior nível de execução e Óbidos contribuiu muito significativamente para isso. Execução ao nível do QREN, mais de sessenta milhões de euros aprovados. Entrou, hoje, na Câmara Municipal, um projeto pelo qual têm lutado nos últimos dez anos. Um projeto pelo qual o Município de Óbidos tem travado duras guerras, duras batalhas, com os organismos da administração central, para conseguirem ultrapassar algumas dificuldades. É um dos maiores investimentos nacionais privados. Representa um investimento privado de cerca de duzentos milhões de euros no Concelho de Óbidos, que vai acontecer através da emissão de um alvará do empreendimento turístico da Falésia D'El-Rey. Hoje entrou o processo para licenciamento. A emissão do alvará está na total dependência dos serviços municipais da Câmara Municipal. A emissão deste alvará representa vários milhões de euros. Para aqueles que de uma forma sistemática, e às vezes até despropositada, vêm procurar lançar um certo anátema da situação financeira da Câmara Municipal, é altura para, de alguma maneira, confiarem na capacidade que o Executivo Camarário tem demonstrado desde há dez anos a esta parte, em saber dar a volta às questões e em saber resolver os problemas. Viu muitas precipitações, sobretudo neste último ano, de criar cenários de que a Câmara Municipal isto, a Câmara Municipal aquilo. A própria intervenção do Senhor Deputado João Maria Lourenço, quanto à informação da execução, tem implícito este drama. Fiquem tranquilos. Sabem o que estão a fazer. Conseguiram resistir, durante dez anos, para captar um investimento de duzentos milhões de euros. Têm sabido atrair várias empresas para o Município de Óbidos. Vão saber dar a volta a tudo isto. Hoje, é um momento para todos estarem satisfeitos, porque apesar da crise que se ouve, parece que a mesma está fora da área territorial do Concelho de Óbidos. Com este investimento, para além de empregos, vão ter outra coisa, que são taxas, são receitas extraordinárias. Com os vários milhões de euros que vão entrar na Câmara Municipal, os senhores deputados vão ter a possibilidade de fazer e de oferecer mais coisas à população. Hoje, é um dia de felicidade para o Município de Óbidos e um dia para aqueles que têm sido os profetas da desgraça repensarem o seu posicionamento e passarem a confiar muito mais naquilo que são as capacidades deste Executivo Camarário. Investimentos de duzentos milhões de euros de iniciativa privada em resorts turísticos não abundam no país e é, de facto, motivo de grande orgulho, de regozijo, de esperança e de confiança no futuro. Vai pedir aos serviços para fornecerem a execução orçamental ao Senhor Deputado João Maria Lourenço, mas recentemente houve a aprovação da conta de gerência, que mostrou a execução e que, apesar do ano da crise, também mostra a performance da Câmara Municipal, mostra o músculo da Câmara Municipal, que conseguiu reduzir as suas dívidas a fornecedores, mesmo com a redução da receita corrente, mesmo com o aumento das despesas de capital. Isto faz parte de um discurso de dramatismo que crê que, com a informação que prestou aos senhores deputados, cai por terra. É um discurso que a própria população já sente que está gasto. Quanto à viabilidade dos eventos, também vai diligenciar no sentido de ser facultada informação, mas os eventos têm que ser vistos não só pela lógica da receita e da despesa direta, mas têm que ser também analisados na lógica daquilo que têm permitido ao Município de Óbidos e a este território alavancar de investimento privado. Quando se faz esta análise tem de se ser coerente. Tem que se perceber a receita intangível ou os resultados intangíveis que se consegue com esta estratégia, que alguns procuram colocar mais no plano do marketing, como se isso fosse mau. Se houver produto, naturalmente que o marketing não faz mal a ninguém. Óbidos tem produto, tem que fazer marketing do seu próprio produto.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA CRESCER MELHOR – FÉRIAS DE VERÃO: - Presente o

ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil quinhentos e cinco, de seis de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Funcionamento do Programa Crescer Melhor – Férias de verão.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Funcionamento do Programa Crescer Melhor – Férias de verão, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO TRÊS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA REFERENTE AO VALOR DA INSCRIÇÃO NO PROGRAMA CLUBE DE FÉRIAS / OFICINAS DE VERÃO:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil quinhentos e vinte e nove, de sete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta referente ao Valor da Inscrição no Programa Clube de Férias / Oficinas de verão dois mil e onze.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta referente ao Valor da Inscrição no Programa Clube de Férias / Oficinas de verão dois mil e onze posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO QUATRO – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE ÓBIDOS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e sessenta e cinco, de dezassete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Regulamento de Utilização do Complexo Desportivo Municipal de Óbidos.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Regulamento de Utilização do Complexo Desportivo Municipal de Óbidos posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO CINCO – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE REGULAMENTO GERAL DE UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES MUNICIPAIS PARA FINS DIVERSOS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e sessenta e seis, de dezassete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Regulamento Geral de Utilização de Instalações Municipais para Fins Diversos.-----

---Como não houve intervenções, foi a Proposta de Regulamento Geral de Utilização de Instalações Municipais para Fins Diversos posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SEIS – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE TARIFAS SOCIAIS NO SERVIÇO DE CONSUMO DE ÁGUA, SANEAMENTO E RESÍDUOS:

- Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e sessenta e sete, de dezassete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Regulamento para Atribuição de Tarifas Sociais no Serviço de Consumo de Água, Saneamento e Resíduos.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que gostariam de salientar que seria bem melhor se tivessem como taxa indexante o indexante de apoios sociais, porque quando estão a falar em apoios, regularmente tem-se esse critério de indexar ou de aferir pelo indexante do apoio social. Seria uma possibilidade e uma forma de abranger um maior número de pessoas, se tivessem em conta o IAS e não os cinquenta por cento do salário mínimo nacional. O artigo sexto refere-se aos documentos habilitantes. Sugere-se que seja introduzido um quarto ponto, em que seja solicitada uma declaração da situação fase ao emprego,

emitida pelo Centro de Emprego, bem como o registo das remunerações registadas na Segurança Social. Não faz sentido que num anexo de candidatura seja solicitado isto e que não venha nos documentos a entregar, mencionados no artigo que regula esta situação. No artigo décimo primeiro é referido que as taxas sociais são concedidas por doze meses. Se houver alteração da situação económica durante o período de concessão, como é que vão fazer? Não deveria ficar exposto os procedimentos a adotar por parte dos beneficiários quando existe alteração? A alínea b) do número um do artigo décimo segundo refere que o Município pode fazer cessar esta atribuição quando há esta alteração económica, mas não está regulada a obrigatoriedade da comunicação dos beneficiários. A forma como está escrito o ponto cinco do Anexo I é um bocadinho dúbia. Pode-se arranjar uma melhor redação. Declaração comprovativa da situação. O que é que se pretende aferir? É se há titularidade de situações de emprego, ou apenas se há uma situação de desemprego naquele agregado familiar. Dependendo do objetivo que se pretende atingir, há que ver quem é o organismo que depois vai comprovar determinadas situações. Só está a levantar algumas questões práticas, que depois em análise do processo se vão verificar. Não se entende bem aquilo que pretendem atingir. Se é só saber se a pessoa está desempregada, se está desempregado e auferir subsídio de desemprego. Há que melhorar este ponto.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues sublinhou a questão do IAS. Utilizar um critério diferente daquele que é o critério utilizado uniformemente, que é o indexante dos apoios sociais, parece-lhe uma coisa meia bizarra. Este devia de ser o critério e não uma fórmula sobre o salário mínimo nacional que está sujeito a outro tipo de variações que não contempla esta dimensão do apoio social.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal agradeceu os contributos, que foram muito técnicos. O Município de Óbidos, atendendo às circunstâncias do contexto nacional e de algum flagelo que possa ser criado, circunstância também do país, entendeu dar um sinal de atribuição de tarifas sociais a pessoas com comprovada situação de desemprego, quer seja de longa duração, quer seja de curta duração, desde que tenham residência há mais de doze meses no Concelho de Óbidos. Obviamente que quando o fizeram, fizeram com um sentido muito cauteloso. Não procuraram fazer uma coisa de grande abrangência, porque não conhecem o impacto, do ponto de vista financeiro, que isto possa ter. Foram aqui muito conservadores, muito cautelosos e em função daquilo que for o resultado de auscultação, relativamente àquilo que surgir depois da primeira fase de candidaturas, cá estarão para fazer algumas alterações. Alterações mais substanciais e também alterações técnicas, que aqui foram sugeridas. A questão do indexante ou do salário mínimo nacional foi uma opção dos serviços técnicos, nomeadamente do Centro de Intervenção Social, muito de alguma experiência que há noutras Câmaras Municipais. Tomaram a opção de apresentar ao Executivo Camarário o salário mínimo nacional. Não têm aqui uma posição irreduzível relativamente a estas matérias. Há aqui, contudo, uma questão de procedimento, uma questão legal, que resulta do facto de este ter sido um documento aprovado pela Câmara Municipal, colocado à discussão pública e, nessa altura, deviam ter recolhido da parte do Grupo Municipal do PS estes contributos, para, na antepenúltima reunião da Câmara Municipal, terem vertido as recomendações, que agora fazem, para este documento. Acha que depois de uma discussão pública, não podem estar na Assembleia Municipal a alterar o Regulamento.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Regulamento para Atribuição de Tarifas Sociais no Serviço de Consumo de Água, Saneamento e Resíduos posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO, APÓS AUDIÊNCIA PÚBLICA, DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número quatro mil oitocentos e sessenta e oito, de dezassete de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, após audiência pública, a Proposta de Alteração ao Regulamento e

Tabela de Taxas e Licenças do Município de Óbidos.-----
---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que quem bebe um copo de água em Óbidos é penalizado. A taxa média é um incentivo ao desperdício. Apesar de não terem concluído o saneamento básico e terem o presente envenenado da água com amianto, com partículas cancerígenas, quem não tem recolha de resíduos, nem saneamento, paga um imposto cego. Vai votar contra.-----
---O Senhor Deputado Hélder Mesquita perguntou se o pavilhão do Furadouro está sempre aberto e onde é que as pessoas se podem dirigir para fazer as inscrições.-----
---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que se faz recolha de lixo em todo o Concelho. Fizeram o regulamento para uso de edifícios com fins diversos e fizeram-no muito centrado na questão dos Complexos Escolares, cujo objeto da sua construção foi a Educação, mas, como querem uma escola vinte e quatro horas, uma escola aberta, uma escola para a população, o mesmo regula a forma de utilização do Furadouro, do Alvito, dos Arcos e um conjunto de equipamentos. A utilização desses edifícios é uma utilização que podem continuar a fazer, agora com a força de um regulamento, com regras próprias. Toda essa questão está salvaguardada. Quanto ao regulamento de tabela de taxas, tarifas e licenças, em apreciação, lembrou que a Assembleia Municipal, acerca de um ano, aprovou um documento que resultava de uma análise e de auditoria às contas de todos os serviços prestados por esta Câmara Municipal e que também fez a análise de todos os serviços prestados por outras Câmaras Municipais da Região Oeste, em que concluía duas coisas. A primeira é que as taxas de água, saneamento e resíduos tinham um défice tarifário de cerca de quarenta por cento. E concluía com uma outra coisa. Que ao abrigo da legislação vigente, a Câmara Municipal não podia, nem devia, estar a cobrar uma tarifa para além do seu custo real, mas também não podiam estar a cobrar abaixo do custo efetivo e do custo real. A Câmara Municipal antes de ter um contrato de concessão de águas em alta com as Águas do Oeste tinha um equilíbrio entre as receitas e as despesas das rubricas em causa. Conseguiram através das receitas da água, saneamento e resíduos, gerar receita para fazer investimento. O que acontece hoje, com esta rubrica, é uma coisa absolutamente diferente. Compram água a cinquenta e seis cêntimos em alta, que passa por todos os circuitos, com todos os custos operacionais que daí derivam, nomeadamente com comunicações, pessoal, manutenção, energia, trinta por cento de perdas de água, para depois venderem no primeiro escalão a quarenta e dois cêntimos. Aquilo que está aqui em causa é também o equilíbrio e a racionalização dos custos. A Câmara Municipal estabeleceu com outras Câmaras Municipais o início do desenvolvimento da renegociação do contrato com as Águas do Oeste, que até aqui consumia cinquenta por cento daquilo que estava estabelecido no contrato de concessão. O contrato de concessão do Município de Óbidos obriga a um consumo mínimo de um milhão de metros cúbicos. A Câmara Municipal estava a consumir metade. No final do ano anterior, as Águas do Oeste faturaram à Câmara Municipal água que não foi consumida, ou seja, faturaram um milhão de metros cúbicos de água, porque têm o entendimento de que o caudal mínimo é para respeitar, mesmo quando esta mesma empresa sabe que não pode abastecer, como está obrigada no contrato de concessão, toda a área geográfica do Município de Óbidos. Há três grandes rubricas no Município de Óbidos que consomem no total da despesa corrente quarenta por cento. São elas água, saneamento e resíduos, energia e recursos humanos. Sobre a questão dos resíduos conseguiram, com a estratégia que utilizaram, do custa menos separar, reduzir muito do défice tarifário que tinham. Nas águas e saneamento não conseguiram. Na componente elétrica de iluminação pública, foi hoje entregue uma candidatura no Mais Centro que resulta na substituição da iluminação pública, havendo uma poupança extraordinária para todos os Municípios. Isto resulta de um esforço enorme que o Município de Óbidos teve, liderando a Agência de Energia que conduziu este dossier. As negociações com a EDP foram difíceis, porque o que quer é vender energia. Entrar como coinvestidores num projeto de cerca de catorze milhões de euros, para reduzir setenta por cento a venda da sua energia, é muito difícil. Mas as sessenta e cinco

reuniões que tiveram com a EDP mereceram um acordo assinado entre a EDP e os Municípios, a concordância dos doze Municípios, sem exceção, para fazerem esta racionalização da despesa. Há sítios que não conseguem, por mais resistência que tenham. Espera que com o novo Governo e com a nova Ministra que tutela esta área, possam ter condições para fazer uma alteração, pelo menos aos consumos mínimos obrigatórios de água. Há muito a tendência para dizer que a Câmara Municipal tem a água mais cara da Região Oeste. Muitas vezes ouve dizer que Caldas da Rainha tem água mais barata do que Óbidos. Mostrou um estudo que foi feito e foi entregue na Oeste Cim, que demonstra como estão. Um consumidor que consuma cinco metros cúbicos de água por mês, ao final de um ano, paga cerca de cento e dois euros, com o novo regulamento que está em discussão. O Município de Óbidos, comparado com Caldas da Rainha, está abaixo do Município vizinho, ao contrário daquilo que se diz muitas vezes. Mais baratos neste escalão do que Óbidos, têm apenas Cadaval, Nazaré e Sobral de Monte Agraço. Para dez metros cúbicos o cenário mantem-se equivalente. O Concelho de Óbidos é dos Concelhos em que se paga água mais barata na Região Oeste. O Senhor Deputado Custódio Santos já os habituou com a postura do voto contra. É uma opção e é um direito democrático.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal desconhece que não existe recolha de resíduos sólidos aqui bem perto, nem separação, como por exemplo, no seu casal e na casa da sua vizinha. Há agregados familiares que têm todos os dispositivos à porta para fazer a separação. Só há um caixote para porem o lixo todo.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que, relativamente às taxas fixas de cinco euros mensais, dois e meio para esgotos, dois e meio para lixos, independentemente dos consumos, gostava que lhe fosse explicado porque é que isto se justifica. No entendimento do Senhor Vereador José Machado há uma necessidade do aumento da faturação da Câmara Municipal. Poderia ser feito, eventualmente, por contrapartidas com outro tipo de redução de despesas e não com o acréscimo destes sessenta euros por agregado familiar, ou por casa, sendo que há muita gente que não tem consumo. A existência destas taxas fixas, eventualmente, justificaria a existência de uma redução das mesmas para os agregados com mais dificuldades.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que foi apresentado pelo Grupo Municipal do PS, um requerimento a pedir que lhes fossem disponibilizadas as informações que são feitas durante as Assembleias Municipais. Todos deveriam ter acesso a essas informações. Não tiveram ainda uma tomada de posição da Mesa neste caso em concreto e hoje reforça esta questão que é a possibilidade de tudo o que é matéria apresentada em Assembleia Municipal, neste caso, uma apresentação da Câmara Municipal, seja entregue aos Deputados para se poder esgrimir argumentos e perceber efetivamente o que é que está por trás da apresentação que está em causa. Pediu que a Mesa tomasse uma posição sobre esta questão.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que em relação ao abastecimento e preços, agora com a taxa fixa para o saneamento básico e outra para os resíduos sólidos, convém terem a noção que pelo preço social praticado pelo Município, o mesmo tem um prejuízo de cerca de setenta por cento na distribuição de água. Há que, de acordo com o princípio de utilizador / pagador, fazer aproximar pelo menos de uma taxa de cobertura que não ultrapasse os quarenta por cento o encargo do Município, relativamente ao preço real do abastecimento de água. Este esforço que agora é feito tem muito que ver com a questão que a Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues levantou, que é de termos muitos contadores que não fazem consumo, ou seja, são cerca de trinta mil faturas por ano que apresentam consumo zero. Num caso e noutro beneficiam quer das infraestruturas do saneamento básico, quer do esquema operacional da recolha dos lixos. É o caso das segundas residências e é o caso daqueles que têm furo e não usam, para consumo, a água do abastecimento público. Em termos de justiça, no sentido da distribuição dos

encargos por todos, parece-lhe mais justo, porque é mais igual, que todos os que beneficiam do sistema contribuam para ela, e não apenas as famílias aqui residentes, que ficam sobrecarregadas e oneradas pelo não consumo de não residentes. É a segunda vez, hoje, que o Senhor Deputado João Maria Lourenço, põe a questão de que pediu informação e não lhe foi dada. Faz um bocadinho contravapor relativamente ao ambiente que aqui se gerou de grande regozijo, de grande amabilidade, de grande simpatia, relativamente à nomeação do Dr. Barreiras Duarte para membro do Governo, que todos nos regozijamos, e depois relativamente a iniciativas boas, como o Junho das Artes, os arranjos exteriores da Rua da Farmácia e assim por diante. Mas já tinha sido posta a questão. Tanto quanto sabe, nunca ficou por responder nenhum pedido escrito que tenham feito à Câmara Municipal. Não podem é, como agora veio novamente a ser dito, insinuar, fica no ar, que são pedidas informações e elas depois não são dadas aos membros da Assembleia Municipal. Os pedidos de informação são ponto por ponto. Há este ponto da ordem de trabalhos e com a antecedência que é regulamentar e está no regimento, os membros da Assembleia Municipal, ou os Grupos Municipais, pedem por escrito. Não lhe parece que nada disto tivesse sido feito. Ninguém dá uma resposta a um pedido que não fizeram. Como o Senhor Deputado está a repetir e a repisar, fica com a noção é que não foi feito qualquer pedido de informação.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que a última intervenção merece uma resposta. O ambiente é bom e estão todos muito contentes com uma série de situações, a começar pela nomeação do Presidente da Assembleia Municipal, com o Junho das Artes e com as coisas boas que aconteceram. Ficaram, naturalmente, muito satisfeitos com a informação que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal deu da Falésia D'El-Rey. São receitas para o Município. É bom, precisa delas. Isto é uma coisa que não se mistura com outra. Há de facto uma falta de informação, que é reiterada. Não diz que seja intencional, não diz que haja uma intenção deliberada de não dar informação, mas recordou que já há uns meses atrás, houve esta discussão das águas, foi apresentado um powerpoint que foi solicitado e nunca foi dado. É evidente que não tiveram acesso ao powerpoint, trazido naquele momento, quando estavam em causa os valores das águas, e não puderam rebater essa informação. Não diz que tenha sido intencional, nem deliberado, mas a verdade é que essa informação, através do powerpoint, nunca lhes chegou, como muitas outras. Foi solicitado uma série de vezes que lhes fosse dada uma lista dos custos / benefícios, dos proveitos e das despesas dos eventos e, sistematicamente, não tem vindo a ser dada. Sabe que não é só os resultados tangíveis que contam, há os intangíveis também. Pediram muitas vezes que lhes fosse dada essa tabela, esses valores. São valores que estão disponíveis, não vê porque é que não são dados. Na última Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez o favor de dizer que tínhamos razão e que iam dar. Até hoje ainda não lhes chegou essa informação. Pode ser por negligência. Acredita que não seja com nenhuma intencionalidade deliberada, como já referiu. Agora que não tem sido dado, não tem e não é por falta de pedirem. Isto não tolda o bom ambiente, mas quem não se sente não é filho de boa gente. Foram eleitos para fazer um trabalho. Há todo um manancial de informação que é essencial e que muitas vezes não lhes chega.-----

---O Senhor Deputado José Capinha disse que percebe que a Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues peça os documentos que são disponibilizados. Relativamente ao Senhor Deputado João Maria Lourenço que, segundo sabe, está habituado a lidar com números, faz-lhe um pouco mais de confusão, porque aqueles elementos são simples. É um intervalo de um a cinco, multiplicado pelo custo, que é euros o metro cúbico, dá aquela conta. Isto são dados que são públicos e, portanto, mais do que aquilo que é disponibilizado, é fazer a conta e compará-la com dados, que também são públicos, que é o custo metro cúbico das águas nos outros Concelhos, por escalões. Não percebe, relativamente àquela informação, o que é que mais pode ser disponibilizado. Aquilo é só a conta. É uma questão de fazerem a comparação.-----

---A Senhora Deputada Ana Sousa disse que no roteiro da correspondência a expedir, parece-lhe que

existe uma incorreção. É referido que na reunião de quinze de junho de dois mil e onze, foi por unanimidade aprovada definitivamente a proposta de alteração. De acordo com aquilo que sabe, não foi por unanimidade. O Senhor Vereador José Machado votou contra. Gostaria que lhes fossem fornecidas as sugestões feitas pela Deco, em sede de audiência pública.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que o debate que ouviram sobre esta matéria é devidamente esclarecedor. A Mesa tudo tem feito para que nada fique pendente, não só sob pedidos de informação ao outro Órgão do Município, bem como sobre outras matérias. Se persistem algumas ausências de resposta para essas solicitações, em nome do chamado bom viver entre os dois órgãos, sugere, em nome da Mesa, que as partes, hoje, procurem resolver essa contenda, que não faz sentido existir, até porque está previsto na Lei, em vários diplomas, a tramitação necessária a observar para que isso seja resolvido.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que a questão levantada pela Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues foi bem respondida, bem contextualizada, pelo Senhor Deputado José Botelho. Porque é que optaram pela tarifa fixa e não por um aumento do valor por escalão? Única e exclusivamente, porque têm cerca de trinta mil emissões de faturas cujo valor absoluto de consumo de água é zero. Basta para isso que as pessoas tenham uma captação própria, furo ou poço, usam essa água, a mesma vai para o coletor de saneamento e o Município tem que pagar, por metro cúbico, às Águas do Oeste. Acresce a isso que não pagam resíduos. Essa foi a forma que encontraram para tentar dissipar estes cerca de trinta por cento de pessoas que não pagam saneamento nem resíduos. Estão a falar num universo de cerca de dois mil e quatrocentos contadores. Tiveram vários cenários. Tiveram o cenário de aumentar o valor por escalão. Isso para o Município era melhor, do ponto de vista das receitas, mas penalizava em demasia os munícipes. Ainda ponderaram uma outra posição possível, que foi uma certa indexação, ou seja, esta tarifa fixa estar indexada ao valor patrimonial. Foram até às últimas instâncias com esta ideia, que, pessoalmente, lhe agradou muito mais, porque aí estavam a ser, efetivamente, mais equilibrados. As pessoas com menos valor patrimonial pagariam menos, as que tivessem maior valor patrimonial pagariam mais. Só que juridicamente, do ponto de vista constitucional e do ponto de vista legal, isto não era possível. Sabe que existem outros municípios que têm as tarifas assim. Caldas da Rainha tem a tarifa dos resíduos indexada ao valor do património. Neste estudo que fez, não se faz refletir o valor, o custo dos resíduos. Foi por essa razão que a Câmara Municipal tomou essa opção. Não é possível reduzir este valor mitigando custos noutros sítios. Tudo têm feito para mitigar do lado da despesa em todas as áreas sectoriais. Esta tarifa fixa de dois euros e meio nos resíduos, dois euros e meio no saneamento, não lhes permite superar o défice. Vão continuar com um défice de cerca de quarenta por cento. Isto não é para pagar o serviço. Efetivamente houve uma gralha no roteiro. Se repararem na ata da deliberação da Câmara Municipal, está aprovado por maioria, com um voto contra e na transcrição da ata para a comunicação aos Senhores Deputados está aprovado por unanimidade. Aconteceu, apenas, um erro dos serviços. Existem os documentos que são documentos públicos, de análise pública e existe uma coisa, que é o estudo. Disse que, na última Assembleia Municipal, onde fez uma apresentação e nesta, em particular, onde fez a apresentação do custo da água, desafiou os Senhores Deputados do PS a fazerem um estudo que contrariasse o estudo que ele próprio havia feito. A recolha de informação que fez está disponível a qualquer cidadão. Aquilo que o Senhor Deputado João Maria Lourenço, de uma forma sistemática, tem vindo a fazer é: Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal já agora faça lá o meu trabalho. Tem uma função executiva na Câmara Municipal e o Senhor Deputado tem uma função de fiscalização, de ação fiscalizadora sobre a ação da Câmara Municipal. O Senhor Deputado é que devia de fazer esse trabalho. Há outro nível de informação no qual têm toda a razão. A questão dos eventos. Também vai diligenciar no sentido de ser disponibilizada. Terem a coragem de pedir informação que está ao seu alcance, não é sensato.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que não se devem apresentar dados de que as pessoas não possam ter conhecimento deles. Não se deve confrontar a Assembleia Municipal com dados que ela não dispõe, para no mesmo momento raciocinar e trabalhar sobre eles. O seu colega de bancada talvez tenha razão quando pede à Mesa da Assembleia Municipal para que não se confronte a mesma com dados que ela não conhece. Nessa medida o problema posto pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal não é bem como estava a dizer. Congratula-se, muito, pela maneira civilizada e cordata como esta Assembleia Municipal tem decorrido.-----

---O Senhor Deputado Hélder Mesquita disse que há muita água que não sai dos contadores, nem dos poços ou dos furos, sai diretamente dos telhados para as condutas de saneamento. Seria bom que se alertasse a população de que isso se vai traduzir nos bolsos da mesma. Fazer entender às pessoas que deveriam reduzir essas águas o máximo possível. Talvez, nessa altura, se consiga reduzir os custos do saneamento.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o Senhor Deputado colocou uma questão muito pertinente e que tem sido objeto de discussão entre a Câmara Municipal e as Águas do Oeste. Custa muito dinheiro tratar água da chuva. Os caudalímetros estão na reta final da conduta. O Senhor Deputado João Lourenço é jurista e sabe que nunca ninguém pode invocar desconhecimento da Lei. O que apresentou, resulta de informação que não é privilegiada, nem é uma informação a que os senhores deputados não possam ter acesso. Tem desafiado sistematicamente para surpreenderem a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal com coisas deste género. São os Senhores Deputados que têm que fazer isso. O Senhor Deputado sente-se surpreendido com o fator surpresa. Então sente-se surpreendido com a realidade.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que há dois princípios. Um é o princípio de que a ignorância de Lei ninguém aproveita. E o outro é o princípio do contraditório. É ao princípio do contraditório que se está a referir.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que vem apenas repetir o que já disse há pouco. Todos os membros da Assembleia Municipal têm direito à informação, verdadeira, completa e elucidativa, relativamente a cada um dos pontos da ordem de trabalhos. É feita uma agenda, é distribuída e a partir desse momento todos têm a faculdade de solicitar esses elementos de informação. Os Senhores Deputados do PS não o fazem e sabe-se porquê. Não querem que a Câmara Municipal saiba aquilo que prepararam, porque não preparam muito as coisas. Quando eles preparam alguma coisa têm que fazer o efeito surpresa e a Câmara Municipal não pode saber que vão preparar determinado ponto. Para guarnecer essa defesa, vêm para a Assembleia Municipal sem terem trabalhado os pontos, dos quais têm direito a requerer informação, mas que não pedem para que não se saiba que vão trabalhar esses assuntos.-----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues disse que se referiu, há pouco, à situação em que pediram informação e não lhes foi dada. O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal trabalha para a Câmara Municipal a tempo inteiro, para os municípios e para o Concelho de Óbidos. Há todo um staff da Câmara Municipal que trabalha. A eles pagam uma senha de presença. Não lhes peçam para andarem a fazer trabalho técnico, para andar a recolher informação. Têm direito à informação. Não sabe porque razão o powerpoint que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal apresentou não lhes foi disponibilizado. Acha ridículo.-----

---A Senhora Deputada Sílvia Saramago pôs à consideração dos seus colegas de bancada, a oferta dos seus préstimos para preparar as intervenções da bancada do PS.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Alteração ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Óbidos posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um

votos a favor, um voto contra e cinco abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---PONTO NÚMERO OITO – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO:

- O Senhor Deputado Eduardo João disse que se associava, enquanto membro da Assembleia Municipal, à atribuição da medalha de mérito ao Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor, no dez de junho, por Sua Excelência O Presidente da República. É uma instituição que tem feito um trabalho notável, que não tem preço. Enquanto munícipe de Óbidos quer fazer um reconhecimento público e dar os parabéns a esta instituição, que é, de facto, uma instituição prestigiante, que honra a todos e à qual, felizmente, também já a Câmara Municipal, em anos anteriores, reconheceu esse mérito. É uma instituição que trabalha com as pessoas que, muitas vezes, são apontadas nas diferenças, esquecendo-nos nós semelhanças. O trabalho é de tal maneira meritório que queria associar-se, enquanto membro da Assembleia Municipal e, provavelmente também a mesma, a esta distinção e deixar-lhe um voto muito grande de parabéns, pelo trabalho que tem feito pela população com deficiência na zona dos Concelhos que estão a seu cargo.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que na informação escrita é referida a introdução da fibra ótica na Vila de Óbidos. Pediu ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para concretizar um ponto mais o que se vai passar, como se vai processar a sua introdução, se vai ser por concurso público, como vai decorrer todo o processo e se vão aproveitar para alterar a questão do saneamento.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse, sobre esta matéria, que o Senhor Vereador Ricardo Ribeiro tem conduzido a mesma de uma forma exemplar, com muita dedicação e empenho, na tentativa de resolver um problema que todos conhecem, a falta de sinal que tem, muitas vezes, a Vila de Óbidos. Conseguiu estabelecer uma ligação direta com a administração da PT, estando, nesta fase, a ser redigida e a ser finalizada uma proposta de acordo, sendo a própria PT a fazer esse investimento. É um investimento de muito dinheiro. É um investimento com o objetivo, também, da esfera do marketing, para tornar Óbidos como o primeiro Centro Histórico Meo do país. Há detalhes que faltam terminar. Espera que, dentro de pouco tempo, possam ter esta situação, da falta de sinal, resolvida. Tem uma oferta de setenta canais, à população, com qualidade de sinal como nunca teve até hoje e com possibilidades de ficarem com uma infraestrutura que pode potenciar muitos outros upgrades tecnológicas dentro do Centro Histórico. Não vai ser necessário levantar metros de calçada, porque já existem negativos por onde esta cablagem pode passar, pelo que não vão mexer no saneamento. O que estão a fazer é uma estrutura de fundo, de raiz, para mudar completamente.-----

---O Senhor Vereador Ricardo Ribeiro disse que o que vai ser feito é aproveitar os caminhos que foram criados há uns anos e fazer uma alteração de cablagem. Em relação ao sistema de televisão que tem criado alguns problemas aos residentes no Centro Histórico, estavam a aguardar uma solução tecnológica eficaz, moderna, eficiente, para fazer face a um problema complicado. Uma delas tem a ver com o facto de os equipamentos estarem obsoletos e não haver material no mercado para fazer face às avarias que têm surgido. Outro problema com que foram confrontados tinha a ver com aquilo que é a televisão este ano e no decorrer do próximo, que é alteração do sinal analógico para televisão digital terrestre, tendo já começado nalguns Concelhos. Apesar de não terem sido notificados, grande parte do Concelho de Óbidos já está servido por televisão digital terrestre. Aquilo a que os residentes no centro histórico estavam habituados, a um conjunto de canais disponibilizados pelo Município, expectativas criadas durante muitos anos, durante as duas últimas décadas, é que fossem mantidas e dar valor acrescentado a essas expectativas, que todos os moradores têm. É um conjunto de canais. O que acaba

por ser a grande alteração é que passa de cerca de quinze para setenta canais, com a possibilidade de poderem adquirir canais codificados. O facto de estarem a ser servidos por fibra ótica, aumenta a velocidade da internet e permite melhorar desempenhos ao nível dos serviços municipais, em áreas que têm a ver com o balcão único de atendimento e serviços de atendimento online. A televisão está ainda no início daquilo que pode vir a ser em termos de futuro. Não vai haver obras significativas.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço perguntou se o negócio já está fechado, que custo é que tem para o Município, o valor do investimento e quais é que são os custos que estão associados para o consumidor final.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que o assunto está em progresso constante e gostariam que todos esses pormenores que o Senhor Deputado quer ver respondidos, sejam deixados para a reta final. O custo para o Município é zero, porque há uma estratégia de marketing sobre um produto. Não existe, nesta altura, nenhum contrato. O que há é um envolvimento entre as partes para chegar a objetivos diversos, mas que em devida hora serão comunicados. No resto do Concelho, que não tem os constrangimentos de antenas exteriores, os canais generalistas não são pagos e, naturalmente, no centro histórico, também não vão pagar. Não podem estar a financiar os canais codificados, até por uma questão de equidade e de justiça.-----

---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

---PONTO NÚMERO NOVE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO A ESTABELECEM ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E O CENTRO SOCIAL E CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE OLHO MARINHO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número cinco mil cento e quinze, de trinta de junho do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta do Protocolo a Estabelecer entre o Município de Óbidos e o Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento de Olho Marinho.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal disse que este assunto não é novo. Veio à Assembleia Municipal e foram levantadas algumas questões. Na altura o Senhor Presidente da Câmara Municipal entendeu retirar o assunto para, ele próprio, também se inteirar desta questão. Os serviços técnicos da Câmara Municipal desenvolveram todo o projeto de execução, todo o programa de concurso para lançamento do mesmo. Colaboraram com o Centro Social do Olho Marinho, para facilitar o mesmo, no lançamento do concurso público. A Câmara Municipal pode estabelecer protocolos, sem ter anexo aos mesmos o programa de concursos, projetos de execução, caderno de encargos, etc.. Uma coisa é estabelecer o protocolo, outra é as obrigações de pagamento que a Câmara Municipal tem de efetuar ao abrigo do protocolo e nesse momento, serão os serviços a ter que observar se todos os cumprimentos legais, no âmbito do CCP, ou outros, foram, ou não, cumpridos. Se não foram cumpridos não se pode proceder ao pagamento. Não se pode estar a fazer um protocolo e ao mesmo tempo estar a exigir programas de concurso, caderno de encargo, etc.. Todos esses procedimentos foram trabalhados pela Câmara Municipal, pelos seus técnicos, não havendo qualquer problema com isso. O que estão a aprovar é um protocolo, não estão a aprovar o pagamento do seu valor.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que isto tem uma certa gravidade, o documento ser entregue na hora. Isto não é por lapso, isto é propositado. O documento carece do acompanhamento da devida documentação.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que é urgente, pela simples razão de que o PCP fez com que o pagamento das obras feitas pelo Centro Social fosse bloqueado. Esse bloqueio tornou isto numa situação urgente. Se já era urgente há três meses, tornou-se agora ainda mais urgente porque as obras ou estão por fazer ou na situação que todos sabem. Portanto, desbloquear esta situação é um dever cívico de todos.----

---A Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues perguntou se a situação do registo predial do terreno

está resolvida. Presume que sim, porque terá sido respondido ao Senhor Vereador José Machado, por parte dos serviços da Câmara Municipal, que garantem a total legalidade do protocolo. A informação do Departamento de Administração Geral diz que está tudo nos conformes. Gostava que lhe fosse dada a garantia que todas estas questões estão equacionadas e que estão a votar na estrita legalidade dos trâmites.-----

---O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal afirmou que, por decisão do próprio Presidente da Câmara Municipal, que não se sentia confortável com o tema, o ponto foi retirado da ordem de trabalhos. O Senhor Deputado José Botelho veio dizer que um só Deputado desta Assembleia Municipal conseguiu bloquear. Perguntou se a maioria não é capaz de votar. Ficou meio confuso e parece-lhe que não foi bem assim que as coisas aconteceram.-----

---O Senhor Deputado João Lourenço disse que se portaram todos mal da outra vez. Portou-se mal a Câmara Municipal que recuou e não devia ter recuado. Devia ter trazido o assunto devida e solidamente estudado e não o fez. Recuou e deu sinais de uma fraqueza que não pode dar, de maneira nenhuma. A Câmara Municipal não tinha nada que retirar. Tinha que sofrer as consequências e tinha que exercer o poder como deve ser. Portou-se mal o PCP, quando fez uma ameaça velada. Não se fazem ameaças veladas. Portou-se mal a maioria que não defendeu a Câmara Municipal como devia. Portou-se mal o PS que não teve uma solução para sair deste emaranhado. Tinha obrigação, e por isso é que está na Assembleia Municipal, de ter uma solução para o problema. A única que viu foi a sua colega Maria Cristina Rodrigues ir falar com o colega Custódio Santos e com o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Mesmo isso não deu para nada. Jamais a Câmara Municipal pode chegar ao ponto de recuar numa situação destas. Isto é uma coisa que pode envergonhar todos, ou que coloca mal a instituição Câmara Municipal. Têm que aprender com as asneiras e têm que ter a capacidade de dar a volta e resolver o problema, para evitar que situações tristes, como esta, se voltem a repetir. Não pode, de maneira nenhuma, considerar-se que pelo facto de se fazerem umas intervenções mais críticas se está a pôr em causa a Câmara Municipal. O que foi dito, e está em ata, é que apresentar uma exposição escrita é apresentar uma exposição armadilhada. De que quando se pretende levantar um problema em que há dificuldades, se está a dinamitar a atuação da Câmara Municipal. E se amanhã houver uma questão de natureza formal regular, puramente processual e burocrática, que possa pôr em causa o financiamento da Câmara Municipal, que desenvolve a atividade social meritória, essa responsabilidade vai inteirinha para o PCP. Não se podem culpar as pessoas a pretexto de que as irregularidades, as formalidades e as pequenas questões burocráticas devem ser superadas pelo interesse público ou pelos grandes interesses das populações. Esses interesses estão acima de tudo. Não se pode cair num princípio perigosíssimo, de que as formalidades não interessam, o que interessa é resolver os problemas na sua realidade, independentemente dos meios a que se recorre, ou dos atropelos que possa haver. Têm que aprender com estas situações. Se lerem a ata com cuidado, veem uma série de críticas a tudo quanto foi dito e a tudo o que se passou, quando, afinal de contas, depois de se criticar tudo, retira-se a proposta. Se o mal vinha todo de quem estava a emperrar o processo e a bloqueá-lo, então não havia razão para retirar a proposta. A mesma devia ter ido até ao fim, nem que fosse por uma questão de coerência. Isto é muito grave para questões futuras. A Câmara Municipal voltou a aprovar a proposta depois de cumpridas todas as exigências legais. Perguntou se esses dados e essas exigências legais não deveriam ter sido facultadas à Assembleia Municipal, para a mesma tomar conhecimento. Não é feita uma informação mais concreta e detalhada a quem tem que decidir. Estão relativamente à vontade, porque não levantam problemas de maior à questão. Se as coisas não estão com o legalismo devido, não queiram forçar as pessoas a concordar com elas.-----

---O Senhor Deputado Hélder Mesquita congratulou a Câmara Municipal por tão rapidamente tornar a

trazer o assunto à Assembleia Municipal para aprovação, visto ser muito importante para o Centro Social e para a Freguesia do Olho Marinho. Estão perante uma situação que devia ter sido resolvida logo na altura em que veio para aprovação. Espera que o assunto fique resolvido de vez, porque faz muita falta à instituição e à população.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que ainda bem que o Senhor Deputado João Lourenço se congratula com algumas coisas, com as ilegalidades. Por outro lado, responsabiliza o PCP e o seu Deputado por determinados assuntos. No fundo, vem dizer que se congratula com as ilegalidades que os documentos apresentam. É o caso desde documento, que não é explícito, não vem acompanhado das decisões, etc.. Também o Senhor Deputado José Botelho responsabiliza o PCP por esta situação. Não sabe porque é que o Grupo Municipal do PSD recuou. Ele só se abstinha. Não sabe porque é que não foram para a frente com o documento. Levaram tanto tempo, para agora, mostrarem uma coisa que não é explícita e em cima da hora. Isto é incrível. Está muito preocupado com o Senhor Deputado João Lourenço e com as pessoas que se abstiveram na aprovação da ata, porque já há algum tempo o Senhor Deputado foi explícito ao dizer que as atas deveriam de ser abreviadas. Acha que as atas devem dizer o que se passou na Assembleia Municipal, não é para abreviar.-----

---O Senhor Deputado Rogério Correia disse que não é fácil ser padre numa freguesia destas. O Grupo Municipal do PSD, e nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal, foram inúmeras vezes chamados de arrogantes. Parece-lhe que foi o único caso onde apareceu um erro processual. O Grande problema que havia era com a aquisição do terreno e se o mesmo estaria, ou não, em nome do Centro Social. Sabe-se que o terreno, na altura, até já estava em nome do Centro Social. De qualquer forma, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, e muito bem, ao contrário do que foi dito, decidiu retirar, para certificar se as coisas realmente estavam bem, ou não. Hoje, vem novamente à Assembleia Municipal. O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal explicou que estão a aprovar um protocolo. Não tem nada a ver com os pagamentos. Insiste no mesmo, porquê? Não consegue perceber. O senhor Deputado Custódio Santos devia fazer como ele. Quando não sabem do que estão a falar, calam-se. As pessoas não pensam assim. As coisas explicam-se e perdem uma noite a discutir o mesmo assunto. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia já disse que isto traz problemas à população e ao próprio Centro Social. Passam o tempo numa coisa que lhe parece bastante simples. Hoje, vem à Assembleia Municipal já com as devidas correções e continuam nisto.-----

---O Senhor Deputado José Botelho disse que ficou admirado com o tom com que o Senhor Deputado João Lourenço falou, e também com o tom, hoje armado, do Senhor Deputado Custódio Santos, sobre este assunto. Parece que a maioria e a Câmara Municipal estão envergonhadas com o assunto. É uma coisa incómoda e desagradável. É daquelas coisas que se fazem assim às escondidas e que não se quer mostrar, muito bem, o que foi feito. Parece que querem dar esta noção e esta ideia. O que têm é o Centro Social do Olho Marinho, com os velhos e com as crianças, a funcionar. A funcionar com o Centro Social, com o edifício e com o jardim. O que a oposição quer é que aquilo não funcione. O problema é só este. Não querem estar a financiar aquela obra social, que é feita por uma associação privada, para o bem-estar comunitário, numa freguesia do Concelho de Óbidos. É uma vergonha, uma chatice, um problema. Isto é a obrigação, o dever dos Deputados. É isso que os Senhores Deputados Custódio Santos e João Lourenço deviam entender. Tinham aqui uma fragilidade puramente burocrática e puramente processual, que não tem nada a ver com o fundo da questão e com o interesse em fazê-lo, porque não podem dizer qual era. Vêm dizer que não entendem porque é que ficam incomodados com uma intervenção escrita, que ameaça com uma denúncia formal ao Tribunal de Contas. Incomoda-o, como Autarca, ver colegas seus, que estão na Assembleia Municipal para prestar o mesmo serviço aos outros, à comunidade, aos velhos e aos miúdos, estarem a querer sabotar, dinamitar, bloquear esse seu bem-

estar. Isto é que o incomoda profundamente.-----

---O Senhor Deputado Custódio Santos disse que espera que não seja a última vez que usa da palavra. Ainda os queria ver mais umas vezes, mas se for embora, tudo bem. Não há ninguém que seja eterno. Se o Senhor Deputado José Botelho é tão afirmativo e irredutível com as informações escritas, porque é que não resolveram a situação. Deve estar um bocado incomodado com a forma de atuação dos Vereadores da Câmara Municipal, não apreciando devidamente os documentos e aprovando os mesmos na Sessão de Câmara, deixando-os ir, naquelas condições, para a Assembleia Municipal. Acham que isto está tudo muito bom. Não sabe como é que o empreiteiro da obra abriu falência, não pagou aos trabalhadores, abre uma empresa com as mesmas pessoas e ninguém se preocupa. Aparentemente é tudo legal e está tudo bem.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que o Senhor Deputado Custódio Santos devia conhecer, como as palmas das suas mãos, o regimento que define as regras das presenças neste órgão municipal, nesta pessoa coletiva de direito público, tipo institucional. Como devia saber, ninguém pode falar muitas vezes em cada ponto da ordem de trabalhos, ainda por cima o Senhor Deputado que representa a bancada que foi menos votada. Explicou que disse pela última vez, neste ponto da ordem de trabalhos. É tão atento a outras coisas e comenta tantas intervenções das outras duas bancadas, pelo que a Mesa pede que quando vier para as próximas sessões leia o regimento. Se o ler, talvez perceba que não vale a pena, às vezes, fazer alguns comentários aos seus colegas e à Mesa.-----

---O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal informou que o processo está correctíssimo. Foram cumpridos todos os requisitos legais. O Senhor Deputado Custódio Santos não sabe do que está a falar, não sabe o que está a dizer, porque o que tem à sua frente é rigorosamente aquilo que tinha nessa mesma Assembleia Municipal. Nem sequer conseguiu perceber que se trata da mesma coisa. Tem conhecimento que a população de Olho Marinho sabe bem quem é que dinamitou, quem é que obstaculizou a que isto não se tivesse feito há mais tempo. E o Senhor Deputado também sabe. Isso criou tantos incómodos ao PCP que teve necessidade de se justificar perante o Centro Social, com as suas decisões político / partidárias, metendo em causa o interesse público, metendo em causa o interesse daqueles seus concidadãos. A decisão que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou, em face dessa nuvem negra que o PCP tem uma certa agilidade para criar, de retirar o assunto, porque deixou àquele partido o ónus político, incomodou-os bastante. Sabe que isso custa. Foram cumpridos todos os requisitos legais obrigatórios e necessários para que não haja qualquer problema e não houve, dessa altura até então, qualquer alteração neste processo. Houve apenas uma pergunta aos serviços, tendo os mesmos respondido que está tudo em conformidade.-----

---Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Protocolo a Estabelecer entre o Município de Óbidos e o Centro Social e Cultural para o Desenvolvimento de Olho Marinho posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

---**PONTO NÚMERO DEZ – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** - Foi dada a palavra aos Municípes presentes.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que tinham sido apresentadas algumas propostas em relação à sua tomada de posse como membro do décimo nono Governo Constitucional. Agradeceu o sentido das palavras daqueles que se pronunciaram, mas também do sentido de voto. No processo que teve de resolver de aceitação, ou não, do convite que foi feito pelo Senhor Primeiro Ministro, decidiu, em simultâneo, também informá-lo que o único cargo que exercerá em simultâneo com as funções de membro do décimo nono Governo Constitucional, será o de Presidente da Assembleia Municipal de Óbidos, porque tem muito carinho, não só pelo Concelho, onde grande parte dos seus

familiares nasceu, mas porque há muitos anos que lhe ligam razões, não só políticas, mas afetivas, ao Concelho e a muitas das pessoas do mesmo. Não esconde que outros colegas seus, quer na condição de Ministros, quer de Secretários de Estado, que exercem estas funções, a começar pelo Senhor Primeiro Ministro, irão renunciar. Mas vai continuar e juntos farão o melhor para dar seguimento às opções eleitorais que os eleitores deste Concelho tomaram, acerca de dois anos e meio atrás.-----
---Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----
---Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e cinco minutos, do dia um de julho do corrente ano. E eu José Luís Rocha de Oliveira, Primeiro Secretário, lavrei esta ata que vou assinar.-----